



» Entrevista | **TARSO GENRO** | EX-MINISTRO E PROFESSOR

Redemocratização imperfeita e inacabada

Ex-chefe de três pastas do governo Lula, o dirigente histórico do PT acredita que a transição conturbada feita 40 anos atrás ajuda a explicar a instabilidade do presente

» VANILSON OLIVEIRA

Prefeito de Porto Alegre, ministro de três pastas nos governos Lula e governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro foi um dos protagonistas da transição do regime militar para o Estado Democrático de Direito. Em meio à redemocratização, o dirigente histórico do Partido dos Trabalhadores representava uma nova geração da esquerda brasileira que emergia como força crítica tanto ao regime militar quanto ao modelo de transição pactuada entre setores das elites políticas e militares. Em entrevista exclusiva ao **Correio**, ele analisa o papel das elites políticas durante a transição, crítica a leitura conservadora da Lei da Anistia e aborda as recentes ameaças à ordem democrática, como a tentativa de golpe em 2022. Para o ex-ministro, a redemocratização brasileira foi inacabada e é justamente essa incompletude que ajuda a explicar a instabilidade do presente.

Como o senhor avalia o processo de transição democrática no Brasil, iniciado com a eleição de Tancredo Neves e a posse de José Sarney?

Um processo de transição conciliado. É um processo conciliado que significa conservar rastros do passado e propor estradas para o futuro. Mas isso é uma determinação concreta do processo político. Tanto um quanto outro podem modificar o curso do processo. Eu acho que essa modificação foi feita positivamente aqui no Brasil, quando nós tivemos uma transição conservadora que evitou na época, na verdade, uma guerra civil. Então, foi um processo conciliatório que proporcionou uma transição imperfeita, mas o resultado, na minha opinião, foi altamente positivo, com a Constituição de 1988 para consolidar, comprovar.

O senhor considera que a Constituição de 1988 foi, de fato, um marco de ruptura com o regime militar, ou ela absorveu mais continuidade do que aparenta?

Não, ela absorveu uma continuidade. Tanto é que o papel das Forças Armadas no Brasil não se modificou substancialmente até essa tentativa de golpe que ocorreu recentemente. Com a tentativa de golpe de 2023, nós temos a oportunidade de reestruturar o pensamento político brasileiro e o pensamento condicional do Brasil sobre o papel das Forças Armadas. Nenhum país vive sem forças armadas. As Forças Armadas brasileiras são participativas historicamente de todo o processo político, de formação da República, começando pela independência, e participaram de golpes e contra-golpes ao longo desse processo. Esse resultado positivo que está na Constituição de 1988 foi o máximo possível dentro desse contexto que envolvia a América Latina a partir dos anos 1970, com o rosário de ditaduras militares que sufocavam o poder civil e estrangiam os direitos humanos e os direitos sociais.

Como o Partido dos Trabalhadores, no qual o senhor teve papel central, posicionava-se diante da transição liderada por Tancredo e Sarney?

Todos nós do campo da esquerda, grande parte dela integrada no PT, outra parte recém-saída ou ainda na clandestinidade, via a eleição indireta como a continuidade do regime militar. Nós nos enganamos, porque não houve uma continuidade. Aliás, houve

Marcelo Camargo/Agência Brasil



sim uma continuidade, mas também uma superação. Então, o PP assumiu aquela dupla posição de uma parte votar contra a Constituição, mas assumir o compromisso democrático de assiná-la, e portanto ser fiel a ela com o produto de um processo político real, que encaminhou a questão democrática do Brasil naquele momento de uma maneira correta, de uma maneira possível e correta.

O historiador Daniel Aarão defende que a redemocratização brasileira foi pactuada entre elites e exclui a justiça de transição. O senhor concorda com essa avaliação?

Concordo em parte. Foi um pacto das elites, mas foi um pacto das elites que parte dele teve cláusulas do movimento popular e da participação ativa da esquerda. O fato de nós termos constituído naquela época, uma constituição tipicamente social-democrata é uma comprovação disso.

Ao ver do senhor, a ausência de responsabilização pelos crimes da ditadura contribuiu para a permanência de uma cultura autoritária nas instituições brasileiras, especialmente nas Forças Armadas?

Sim. Acho que contribuiu. Mas temos que ver que naquela oportunidade a correlação de forças colocava uma bifurcação, entrar nesse processo ou melhorá-lo. Ou não entrar e deixar que as coisas rolem sob, exclusivamente, o Pacto das Elites. Então, é evidente que essa bifurcação não teve vencedor, ela terminou também com o Pacto Político, que foi, em última instância, a consolidação da Constituição de 1988.

A influência militar se manteve nos bastidores ao longo da Nova República? E isso se reflete ainda hoje?

Reflete-se e vai continuar. Porque é impossível que num país em desenvolvimento, um país que não fez uma revolução política, como foi a revolução americana, como foi a revolução francesa, ou como foram as revoluções de outros países, de uma maneira mais complexa, é natural que traços sejam preservados. E mais, nós temos um mundo cada vez mais fragmentado e cada vez mais ameaçador para uma segurança nacional e estado pleno do regime democrático. Isso vai exigir que se considere, que se reestruture, qual é a visão de segurança de Estado que nós temos, qual é o papel das Forças Armadas, qual é a visão



O papel das Forças Armadas no Brasil não se modificou substancialmente até essa tentativa de golpe que ocorreu recentemente"

de segurança nacional num pacto democrático e como é que se defende não só a soberania popular, mas a soberania territorial. Isso aí implica um papel determinado às Forças Armadas que seja um papel constitucional e livremente pactuado, produto de uma evolução, inclusive, política que o país vem sofrendo e que se demonstrou plenamente com a repressão ao golpe militar que foi o atentado recente contra o presidente Lula.

Durante a gestão do senhor como ministro da Justiça (2007-2010), houve tentativa de institucionalizar políticas de memória, verdades e justiça mais profundas. O que travou esse avanço?

O que travou esse avanço foi, na verdade, o seu sucesso parcial. Nós instauramos uma justiça de transição no Brasil, percorremos todo o país, as universidades, realizando plenárias para discutir a transição e a reversão da não punição aos torturadores, por exemplo, e chegamos num determinado momento em que o Supremo Tribunal Federal definiu isso, acolhendo a tese do acordo entre as elites da época da transição, que colocaram a cláusula, na verdade, de anistia, que anistia também os torturadores. Não anistia plenamente todos os delitos políticos que a esquerda e o campo da resistência cometeram, mas anistia os torturadores. Então, foi este ponto de partida que foi sendo moldado ao longo do processo. Agora, se você me perguntar se essa reversão foi plena e todas as decisões foram justas, eu lhe digo que não, não foram. Isso é que eu chamo de transição imperfeita, que teve traços positivos que são reconhecidos mundialmente e são reconhecidos pela sociedade brasileira.

A transição brasileira é frequentemente criticada por ter sido conduzida de cima para baixo, com pouca participação

popular e sem justiça de transição. O senhor acredita que teria sido possível construir um outro modelo, mais democrático, mais participativo?

Sim. Eu acho que existe. Um exemplo, as duas grandes limitações dos governos do Partido dos Trabalhadores, em geral, foi não ter prestado atenção exatamente na colocação ao lado, não contra, mas ao lado da democracia representativa e culturas políticas de democracia direta. Democracia participativa em última análise, como foi e como é o orçamento participativo em determinados lugares. Isso aí teria que ser precedido de uma reforma política, evidentemente, para ter um equilíbrio de forças no Congresso Nacional, mas seria um meio de desvalorizar, inclusive, aquilo que está no preâmbulo da nossa Constituição, e que ali no artigo primeiro, item quinto, da peça constitucional, fala da combinação da democracia direta com uma democracia representativa. Isso foi uma limitação da esquerda, não saber tratar com essa questão. E a segunda questão, que nós não tratamos de maneira adequada, através de um projeto sistêmico, que não deveria ter sido abandonado em nenhum momento, é a questão da segurança pública cidadã, que hoje está absolutamente vulnerável em função do surgimento das estruturas de poder do crime organizado, nacional e globalmente.

O Brasil viveu recentemente uma tentativa de golpe de Estado. O senhor vê relação entre esse episódio e a transição incompleta dos anos 80?

Há uma linha de continuidade. E essa linha caracteriza a história brasileira, a história moderna do país, que é a sucessão de ciclos conservadores, anti-republicanos e autoritários com ciclos liberais, democráticos e progressistas. Isso ocorre desde os anos 60, desde a eleição de Juscelino Kubitschek, na década de 1950. Esses ciclos caracterizam essa dubiedade do desenvolvimento brasileiro, que é um país com uma legislação social, que veio antes da Constituição de 1988, de um lado, e o não cumprimento, no sentido pleno, dos direitos fundamentais na própria Constituição. Os ciclos confirmam, rejeitam, modificam e vai se estruturando uma nação relativamente moderna e desenvolvida. Isso é que vivemos hoje. A tentativa de golpe foi uma tentativa de instaurar novamente um ciclo autoritário e tipicamente elitista, que foi felizmente derrotado.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Trump aposta no "efeito elefante" para manter hegemonia dos EUA

Os mercados globais encerraram a semana com previsões de nova recessão mundial, devido ao tarifaço anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Ao adotar a reciprocidade tarifária, a reação da China à sobretaxa, que começa a valer hoje para 185 países, fez as bolsas desabarem e o preço das commodities cair. O cenário global lembra a teoria do caos, um ramo da matemática e da física que estuda sistemas dinâmicos que são extremamente sensíveis às condições iniciais.

Essa sensibilidade significa que pequenas variações no ponto de partida podem levar a resultados drasticamente diferentes. É daí que vem a ideia do "efeito borboleta" — o conceito de que o bater de asas de uma borboleta em um lugar pode, eventualmente, causar um furacão do outro lado do mundo. Entretanto, estamos diante de uma espécie de "efeito elefante", desculpe-me a analogia com o símbolo dos republicanos, mas tem tudo a ver com Trump na Casa Branca.

O tarifaço levou o banco JP Morgan Chase a elevar de 40% para 60% a probabilidade de recessão na economia americana e, por consequência, global. "As políticas disruptivas dos EUA foram reconhecidas como o maior risco para as perspectivas globais durante todo o ano", afirmou Bruce Kasman, economista-chefe do banco dos EUA. Esse choque macroeconômico não foi previsto nem por governos nem por empresas.

Na "teoria do caos" não existe desordem total, mas uma nova ordem complexa e imprevisível. Os sistemas caóticos — como o clima, o trânsito e o mercado financeiro — seguem leis matemáticas, mas têm comportamento aleatório. É impossível prever com precisão o que vai acontecer depois de certo ponto, ou seja, o que vai acontecer a partir de agora.

Trump toma decisões ou faz declarações imprevisíveis, que surpreendem até seus aliados; suas ações e comentários desencadeiam reações em cadeia nos mercados, na política externa e nas redes sociais; e sua resistência ao controle, característica dos sistemas caóticos, coloca em xeque a institucionalidade da economia mundial e a própria democracia americana.

A democracia se estrutura a partir de atores racionais e previsíveis. Trump rompe esse paradigma no confronto direto com o status quo. Seu tarifaço pode sepultar de vez o que ainda restava do Acordo de Bretton Woods, de 1944. É a segunda grande crise desse sistema, que buscava estabelecer uma ordem econômica estável após a Segunda Guerra Mundial, com base em taxas de câmbio fixas atreladas ao dólar americano e ao padrão-ouro (35 dólares por onça-troy).

Desglobalização

Na década de 1970, o sistema entrou em crise. Os EUA gastavam mais do que arrecadavam, devido à Guerra do Vietnã; muitos países começaram a acumular dólares e houve uma corrida para o ouro, num ambiente de inflação global com taxas de câmbio engessadas. A antiga União Soviética, de um lado, e o Japão, Alemanha, França e Inglaterra, de outro, ameaçavam a hegemonia americana.

Em 15 de agosto de 1971, o presidente Richard Nixon virou a mesa: suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro (fim do padrão-ouro) e regulou preços e salários nos EUA. O câmbio passou a variar com base em oferta e demanda, o que trouxe mais volatilidade ao comércio internacional. A confiança no sistema monetário passou a depender da credibilidade dos governos.

A crise do sistema coincidiu com choques do petróleo (1973 e 1979), que geraram "estagflação": alta inflação com baixo crescimento. Com maior instabilidade cambial e crises, o FMI ganhou importância como agente de apoio a países em dificuldades financeiras. O fim do câmbio fixo afetou diretamente os países que dependiam de um sistema relativamente estável para importar bens e pagar dívidas.

Somada à instabilidade cambial e choques do petróleo, a crise mundial contribuiu para o início de um longo ciclo inflacionário no Brasil, que só terminaria com o Plano Real, em 1994. A estabilização da nossa moeda, no governo Fernando Henrique Cardoso, coincidiu com um novo ciclo de expansão da economia mundial, protagonizado pelos Estados Unidos e a China, que aceitaram as novas regras do jogo estabelecidas por Ronald Reagan (EUA) e Margaret Thatcher (Reino Unido).

A partir do Consenso de Washington, a globalização intensificou relações econômicas, culturais, políticas e tecnológicas, formou-se uma rede de interdependência e conexão em escala mundial, com cadeias de valor integradas e uma nova divisão internacional do trabalho.

Internet, redes sociais e comunicação em tempo real; o transporte aéreo e marítimo mais rápido e barato; e inovação fluindo entre países com mais velocidade, bem como ideias, músicas, filmes, marcas; hábitos, estilos e valores estrangeiros, tudo globalizado.

Isso parecia ser uma tendência irreversível, após o fim da antiga União Soviética e da guerra fria, ainda mais depois da integração da China e do Vietnã às regras do jogo do comércio mundial como economias de mercado. Entretanto, houve aumento das desigualdades e do desemprego nos Estados Unidos, tanto quanto na Europa e na América Latina. Trump é uma resposta à perda de protagonismo dos Estados Unidos diante da China. Seu lema, "America First", aposta na desglobalização de sua economia, num mundo que se tornou mais interdependente.